

# Linhas gerais para uma reflexão em torno da problemática das relações entre educação e desenvolvimento local<sup>(1)</sup>

José Alberto Correia  
João Caramelo  
Universidade do Porto

As transformações que nas duas últimas décadas se têm produzido nos mecanismos de regulação social não se têm manifestado apenas pelo reconhecimento da falência dos modernos Estados-Nação enquanto instrumentos de produção e distribuição de recursos susceptíveis de assegurarem uma coesão que sustente o desenvolvimento social. Para além da globalização das economias, que fez com que o Estado, nas palavras de D. Bell, se tornasse demasiado pequeno para resolver os grandes problemas da vida, assistiu-se também, ainda segundo o mesmo autor, ao reconhecimento de que o Estado era demasiado grande para resolver os pequenos problemas da vida. Esta falência das políticas redistributivas do Estado, para além de inviabilizar a sua intervenção na superação da crise económica que persistia apesar da retoma económica, contribuindo para a erosão dos mecanismos tradicionais de gestão das crises, contribuiu para que se produzissem importantes transformações nos modos de se pensar as relações entre o local e o global, bem como nos modos de se pensar as questões do desenvolvimento e a eventual contribuição da educação.

Estas transformações exprimiram-se numa verdadeira revolução semântica, onde algumas das problemáticas que nas décadas de 60 e 70 tinham sido construídas no interior de um processo de reivindicação de uma autonomia relativamente à tutela do Estado se tendem hoje a transformar em matrizes orientadoras do próprio discurso estatal. Esta verdadeira inflação linguística de noções como autonomia, so-

lidariedade, acção local, territorialização, cidadania, responsabilidade, formação e projecto não significa, no entanto, que não se tenha assistido a uma inflexão das relações entre referente e referido. Na realidade, embora se deva reconhecer a importância deste processo, que contribuiu para a visibilidade de problemáticas e protagonismos relativamente periféricos, a verdade é que também se deverá reconhecer a ambiguidade de um processo onde a reivindicação da autonomia da tutela estatal induz lógicas de subordinação ao princípio do mercado, com o conseqüente défice do princípio da comunidade. Não estão, de facto, ausentes do actual contexto tendências para a agencialização da acção comunitária, para que a questão da cidadania se conjugue no registo da desresponsabilização do Estado e da correspondente hiper-responsabilização dos indivíduos, bem como tendências para que a utopia emancipatória inscrita na noção de projecto se transforme numa projectocracia e para que a contribuição da educação para o desenvolvimento conduza à instrumentalização tanto da educação como do desenvolvimento em torno da metáfora dos recursos humanos.

A preparação da MANIFESTA pode constituir uma oportunidade de reflexão sobre estas problemáticas, criando condições para que os projectos se reflectam em torno de um con-

(1) Texto para enquadramento do debate sobre a problemática referida na MANIFESTA 1999: Feira e Festa de Associações e de Projectos para o Desenvolvimento Local.

junto de desafios que, embora se possam não inscrever explicitamente nos seus objectivos, podem contribuir para o aprofundamento do princípio da comunidade e da lógica da emancipação.

Sem a preocupação da exaustividade e com o intuito de apenas identificar alguns eixos de análise capazes de interpelar os projectos e de os projectar, referir-nos-emos sucintamente aos seguintes:

**Projectos de desenvolvimento e cidadania** - a problemática da cidadania tem sido definida no interior de uma espacialidade geograficamente delimitada pela intervenção do Estado-Nação ou pela cidadania europeia e pensada numa lógica de participação temporalmente condicionada pelos ritmos de intervenção do Estado e por uma lógica de acesso a bens materiais e simbólicos regulados pelo mercado. A questão sobre a qual interessava reflectir era o sentido de uma cidadania que se define simultaneamente como pertença e como construção dos espaços e dos tempos de produção desta pertença, cuja problemática central é a da “gramática das formas de vida”. É neste contexto que importava reflectir sobre o trabalho que temos desenvolvido, sobretudo a sua contribuição para a criação de redes de sociabilidade e de espaços de afirmação de cidadanias periféricas, nomeadamente a cidadania das mulheres e dos idosos.

**Articulação original da tradição e da (pós)modernidade** - a problemática do desenvolvimento tem sido, por vezes, objecto de reflexão em torno de uma lógica sequencial que, subentendendo uma visão deficitária da tradição, conduz tanto à sua negação como à sua folclorização. A questão sobre a qual interessava reflectir incide sobre o estatuto atribuído tanto à pré como à (pós)modernidade enquanto complementaridades contraditórias que inibem a cristalização de dualismos sociais e educativos, contribuindo para a recriação das cidadanias periféricas atrás referidas.

**Qualificação dos indivíduos e qualificação das comunidades** - o reconhecimento da comunidade como um “recurso” pertinente para assegurar o êxito de uma acção educativa ocupada na qualificação dos indivíduos é, por vezes, apresentado como uma distinção dos projectos de desenvolvimento local em educação. Ora, num contexto em que a globalização do mercado contribui para a desagregação das

comunidades, o desenvolvimento local tem de se pensar também na sua contribuição para a recriação das comunidades, ou seja, para o estabelecimento de redes de relações densas que são qualificantes tanto dos indivíduos como das comunidades. Interessava, por isso, pensar a comunidade como projecto a construir, e não como recurso educativo, e interrogar o nosso trabalho como espaço de criação de dispositivos cujos destinatários já não são os indivíduos, mas comunidades/projectos com capacidade de deliberação e de se envolverem na narração de uma história comum. Os projectos, neste contexto, devem interrogar-se na sua contribuição para o desenvolvimento de um associativismo alternativo à projectocracia que os inscreve numa lógica de mercado.

**Agências de desenvolvimento e acção comunitária** - o aparecimento de uma tendência para se enunciar a problemática da intervenção comunitária em torno da semântica das agências de desenvolvimento constitui uma manifestação da projectocracia atrás referida, onde se dissimula um totalitarismo intervencionista que apela para uma qualificação técnica imprescindível à administração dos programas de desenvolvimento. A proliferação de especialistas especialmente especializados nesta administração, ao contribuir para a desqualificação dos militantes da acção comunitária, concorre para a cristalização de uma ideologia do sacrifício que inibe que eles se reconheçam no sentido da sua própria acção. É neste contexto que interessava também reflectir sobre o nosso trabalho enquanto dispositivo de amplificação dos “discursos da prática” inibitórios desta tendência para o silenciamento dos práticos.

**Isolamento do rural e do urbano** - a problemática do desenvolvimento local tem sido considerada como típica de um mundo rural tendencialmente sujeito à erosão do isolamento e à desertificação. Nas últimas décadas têm-se acentuado, no entanto, as tendências para a desertificação dos centros urbanos e a consequente pulverização das redes de sociabilidade e dos espaços de produção de identidades. Interessava, por isso, pensar uma metodologia que, apoiando-se nas experiências e reflexões desenvolvidas no mundo rural, permitisse construir uma abordagem ofensiva da problemática da solidão, tanto urbana como rural.